

Difícil acesso a remédio em Brasília

Daniela Guima
Da equipe do Correio

Uma norma da Secretaria de Saúde do Distrito Federal está dificultando o tratamento dos 150 portadores de esclerose múltipla da cidade. Por meio da portaria 125, de 19 de abril deste ano, o secretário de Saúde do DF, Jofran Frejat, proibiu a distribuição dos medicamentos usados para controlar a doença aos pacientes que apresentam receitas de médicos particulares ou de convênio. Desde então, todos os que sofrem desse mal passaram a enfrentar as longas filas de espera por atendimento no Hospital de Base do DF (HBDF) apenas para conseguir receita que lhes assegurasse os medicamentos — que custam entre R\$ 4 mil e R\$ 12 mil mensais para cada paciente.

Resultado: apesar de haver remédios disponíveis em Brasília, tem paciente que não consegue fazer o tratamento pela dificuldade de acesso às consultas no HBDF. Por conta disso, duas pessoas já entraram na Justiça para acabar com a exigência estipulada pela Secretaria de Saúde. Foi o que aconteceu à professora aposentada Islaine Talamont, 44 anos, que entrou com mandado de segurança para receber os remédios com receita prescrita por sua médica particular. "Até conseguir a aprovação da Justiça, fiquei um mês sem tomar a medicação, senti enormes dores de cabeça e tive problemas de visão", diz Islaine.

Apesar de o tratamento ser custeado pelo Ministério da Saúde em todo o país, Islaine e outros 70 integrantes da Socie-

dade de Esclerose Múltipla de Brasília (Sembra) têm enfrentando dificuldades para conseguir os remédios. "Eu não quero parar de me tratar com a médica que me atende há anos para ser tratada por um médico do Hospital de Base que nem sei se é especializado em esclerose múltipla", argumenta Islaine.

Em abril, representantes da Sembra entraram com um pedido de negociação junto ao coordenador da Promotoria de Defesa dos Usuários de Serviços de Saúde do Distrito Federal (Pró-Vida/DF), Diaulas Ribeiro. "Não pude interferir nessa questão pois o governo teve motivos fortes para limitar a entrega dos medicamentos", explica o promotor. Segundo ele, quando todos os tipos de receitas eram atendidos ocorriam muitos desvios do medicamento que trata a esclerose múltipla. Nem o Ministério da Saúde nem a Secretaria de Saúde informaram valores dos prováveis prejuízos.

"Já que não aceitam mais as nossas receitas, o governo precisa facilitar o acesso dos pacientes ao medicamento", sugere a neurologista especializada no tratamento de esclerose múltipla Yuna Ribeiro. De acordo com a gerente de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do DF, Ana Márcia Gaudarb, a determinação segue instrução do Ministério da Saúde e não poderá ser modificada. "Mas existem duas saídas possíveis para o problema", garante Gaudarb. Uma seria a de ampliar o atendimento a outros quatro hospitais do DF — Hospital Regional de Taguatinga, de Sobradinho, Hospital Universitário de



ISLAINE TALAMONT: "ATÉ CONSEGUIR A APROVAÇÃO DA JUSTIÇA, FIQUEI UM MÊS SEM TOMAR A MEDICAÇÃO"

ENTENDA A DOENÇA

A esclerose múltipla é uma doença inflamatória que atinge o Sistema Nervoso Central — cérebro, tronco cerebral e medula espinhal. O mal destrói a mielina, a estrutura que envolve os nervos como uma espécie de capa. É um problema auto-imune em que o próprio organismo passa a se autodestruir. Na esclerose, os impulsos neurológicos entre o sistema nervoso central e as regiões periféricas do organismo ficam desencontrados. Assim, o paciente pode perder os movimentos, perder o equilíbrio, desenvolver problemas de visão e audição, além de sofrer com fortes dores e crises depressivas. O tratamento custa entre R\$ 4 mil e R\$ 12 mil mensais e é feito à base de injeções dos medicamentos Interferon (foto) e Acetato de Glatiramer — fornecidos gratuitamente no Brasil pelo Ministério da Saúde. Um paciente pode chegar a tomar até quatro injeções por dia, três vezes na semana.



Brasília e Hospital das Forças Armadas. A outra seria a de conveniar alguns médicos particulares com a Secretaria de Saúde.

A Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde formou uma Comissão de Assessoramento em Esclerose

Múltipla, que pretende estabelecer um modelo de tratamento para todo o país. O coordenador da comissão, Charles Tilberry, explica que serão criados centros de referência em esclerose múltipla em todos os estados brasileiros. Neles, médicos habilita-

dos poderão verificar se o uso desses medicamentos é indicado corretamente. Ele diz ainda que o paciente tem o direito de continuar com seu médico particular, mas terá que passar pela avaliação do governo para receber gratuitamente os remédios.